



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Considerando que:

- 1) Como é público existiram vários problemas nas entregas declarativas anuais de IRS, IRC, IVA e Modelo 22 por exclusiva responsabilidade dos departamentos do Estado;
- 2) A entrega do Relatório Único foi adiada para o mês de Abril, tendo acontecido o mesmo com o novo IRS, com a primeira fase a ocorrer no referido mês e a segunda em Maio;
- 3) Deste modo, de acordo com o calendário fiscal, até ao final de Maio, os contabilistas tiveram que entregar as declarações de IVA mensais e trimestrais, as declarações de IRS de segunda fase e as declarações de IRC;
- 4) Segundo informações a que o Grupo Parlamentar teve acesso, por exemplo, só no dia 3 de Maio é que a Autoridade Tributária (AT) disponibilizou a aplicação que permite entregar a declaração do IRC de 2015;
- 5) O caso da Informação Empresarial Simplificada (IES) é mais um exemplo de problemas. Como a matriz da IES não foi disponibilizada atempadamente, o governo, sem ouvir os profissionais do sector, decidiu estender o prazo máximo de 15 de Julho para 22 de Julho.
- 6) A sobreposição de obrigações fiscais, associadas aos atrasos por parte da AT na disponibilização das necessárias ferramentas para submissão de declarações, tem sobrecarregado significativamente o trabalho dos contabilistas;

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro das Finanças, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta às seguintes perguntas:

- 1) Considera os atrasos da AT causam prejuízos aos contabilistas e às empresas?**
- 2) Quais as medidas que pretende adoptar para evitar que estas situações se voltem a repetir no futuro?**
- 3) Tendo conta que os profissionais do sector consideram a extensão do prazo da entrega da IES insuficiente dadas as suas obrigações e comprometimentos à luz do actual calendário fiscal, porque é que não alarga o prazo máximo de entrega para Setembro?**
- 4) Admite alterar o calendário fiscal do próximo ano por forma a torná-lo mais amigo das famílias e das empresas?**
- 5) A propósito do calendário fiscal do próximo ano, admite como uma das respostas possíveis colocar disponíveis, com vários meses de antecedência, as ferramentas necessárias para a submissão de declarações fiscais por forma a não sobrecarregar o trabalho dos contabilistas?**

Palácio de São Bento, 7 de Julho de 2016

Deputado(a)s do CDS-PP

Palácio de São Bento, sexta-feira, 8 de Julho de 2016

Deputado(a)s

CECÍLIA MEIRELES(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)